**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2010.**

Aos Dezanove do mês de Abril do ano de Dois Mil e Dez, pelas Dezassete horas, reuniu-se na Assembleia Municipal de Mondim de Basto o Órgão deliberativo deste Município. ----------

Estiveram presentes nesta sessão todos os Deputados Municipais eleitos para a Assembleia Municipal. ----------

**PRESENÇAS: ----------**

Salvo os Senhores Vereadores da Câmara Municipal Eng.º Lúcio Manuel Alves Machado e Doutor António Augusto Machado Ferreira de Brito encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. ----------

**ABERTURA DA REUNIÃO. ----------**

Pelas Dezassete horas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. ---------

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma pequena intervenção sobre os dois pontos da ordem de trabalhos. ----------

O Senhor Presidente da Câmara começou por fazer uma breve introdução e apresentou o Senhor Dr. Martins da Cunha, responsável pela empresa que fez a auditoria à Câmara Municipal. Salientou que o Executivo, quando tomou posse, assumiu como prioridade a correcção do desequilíbrio financeiro da autarquia, pelo que celebrou um contrato com uma empresa de auditoria e que fez uma auditoria às contas do Município e que, face ao seu resultado, surgiu a necessidade de se fazer um processo de saneamento financeiro.

Referiu que neste momento a dívida do Município é de cerca de dezanove milhões de euros, quinze dos quais são dívidas a curto prazo, ou seja, dívidas a fornecedores que têm que ser pagas. Face a este problema estrutural das contas, o Executivo decidiu apresentar uma proposta de saneamento financeiro à Câmara Municipal, que foi aprovada, que após aprovação nesta Assembleia será remetida para o Tribunal de Contas que validará esta proposta. O Senhor Presidente da Câmara lançou um apelo aos Deputados Municipais no sentido de realçar a importância da aprovação deste Plano de Saneamento Financeiro pois só assim será possível resolver os problemas financeiros da Autarquia. Relembrou que este documento carece da aprovação por maioria absoluta, sendo que são necessários doze votos a favor para este Plano de Saneamento Financeiro ser aprovado. Informou que depois de aprovado este Plano de Saneamento Financeiro, a Câmara Municipal fica obrigada a cumprir os seus compromissos, tendo que apresentar semestralmente relatórios ao Tribunal de Contas, que serão também apresentados à Assembleia Municipal: não é só um empréstimo, é também um compromisso por doze anos. Abordou também uma questão que tem levantado algumas dúvidas que é o período de carência que a Lei das Finanças Locais prevê que é, no máximo, de três anos, solução adoptada pelo Município pelo seguinte motivo: o Município tem catorze milhões de QREN aprovados (centros escolares, projecto de regeneração urbana, …) que têm de ser aproveitados pelo que o Município tem que ter dinheiro para poder recorrer ao QREN. Realçou também que com este Plano de Saneamento Financeiro o Município fica obrigado a reduzir as despesas e a aumentar as receitas. O Município compromete-se a reduzir as despesas sendo já evidentes alguns sinais de redução como por exemplo: a revisão dos contratos de seguros, contratos de telemóveis, execução de um levantamento exaustivo das despesas com a EDP, redução das horas extraordinárias dos funcionários,

aquisição de uma retroescavadora de modo a que os trabalhos que eram feitos por empreitada sejam feitos por administração directa. Salientou que este Executivo pretende equilibrar de forma transparente as contas do Município. Assumindo também o compromisso de aumentar as receitas, o Município irá ter a suas taxas municipais alteradas, assunto que será trazido para aprovação na próxima reunião da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que esperava que no final deste mandato houvesse já sinais positivos desta correcção e que o Estado recuaria na sua intenção de retirar os cinquenta mil euros mensais face a este Plano de Saneamento Financeiro e apelou novamente ao sentido de responsabilidade dos Senhores Deputados face a esta situação financeira. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Doutor Martins da Cunha, sócio principal da sociedade de revisores Marques da Cunha, Armindo Duarte e Associados, empresa responsável pela Auditoria efectuada. O Doutor Martins da Cunha começou por identificar a empresa responsável pela auditoria como sendo uma empresa com elevada experiência, quer na auditoria a empresas e a municípios, bem como na organização de saneamentos financeiros e de reequilíbrios financeiros. Clarificou que o actual Executivo tinha pedido um levantamento financeiro do Município de modo a serem ultrapassadas as dificuldades existentes na tesouraria, sem pôr em questão nenhum dos munícipes. A empresa fez um levantamento da parte financeira com base em métodos estatísticos, não tendo sido detectadas excepções relativamente ao que estava mencionado nas contas de regularização efectuadas. Acrescentou que esta situação é claramente visível nas contas do Município na medida em que existe um montante muito significativo das despesas que se encontravam sem cabimentação mas que estavam relevadas no balanço patrimonial, situação não decorrente apenas do ano de 2009 mas também anterior e já detectada pelo Tribunal de Contas.

Após este levantamento exaustivo, a empresa de auditoria, com suporte em três vertentes fundamentais, fez o projecto de plano de saneamento financeiro de modo a que o Município pudesse cumprir as regras da Lei das Finanças Locais bem como o decreto-lei 38/98. O Doutor Martins da Cunha identificou as três vertentes fundamentais: 1- o limite de endividamento líquido do município encontrava-se excedido o que significava que iria ser afectado pelo corte nas transferências do Estado; 2- o Município tinha compromissos designadamente a nível de factoring de 90 mil a 100 mil Euros por mês que estrangulavam os problemas de tesouraria; 3- Entrada no último quadro comunitário de apoio (QREN). Com este estudo chegou-se à conclusão que o Município deveria contrair um empréstimo de saneamento financeiro de treze milhões e meio de Euros. ----------

O Deputado Fernando Avelino Silva fez a sua intervenção referindo que o documento do Plano de Saneamento Financeiro faz um diagnóstico da dimensão das dívidas e estabelece a sua terapia traçando, em seu entender, algumas medidas que não são rigorosas nem objectivas e que lhe merecem alguns reparos. Segundo ele, ainda que o documento apresente alguns objectivos, ele não clarifica a forma como se pretende alcançar a recuperação económica. Colocou três questões relativas a este plano: 1- Quais as acções e medidas que vão ser desencadeadas para atingir a recuperação? 2- Quais os processos de monitorização de controlo que vão ser implementados no acompanhamento deste processo de saneamento? 3- Quem vai ser o responsável e qual a equipa que vai proceder e este acompanhamento de modo a que este tenha sucesso e não gere descontrolo? Segundo ele, ainda que os números de diagnóstico sejam verdadeiros, não existe a certeza pois não se sabe em que suporte técnico arcam estes indicadores dado que deveriam estar sustentados na auditoria que é referida no Plano, nem são produzidos nenhuns resultados nem quem os realizou. Abordou também o

facto do Senhor Presidente da Câmara ter apelado aos Deputados para apoiarem este Plano, mas relembrou que, dada a importância deste documento, deveria ter tido a participação de todos os Vereadores para que fossem, de alguma forma, todos co-responsáveis, todos envolvidos de modo a viabilizar o seu sucesso. A oposição, os partidos representados nesta Assembleia, não podem limitar-se a conhecer o documento e a dar o seu aval. Reafirmou que este documento poderia ser mais objectivo, mais esclarecedor, se tivesse tido a participação activa de todos os elementos que representam este Município. ----------

De seguida a Deputada Aurora Peixoto e Pereira fez a sua intervenção referindo que na página 7 deste Estudo de Plano de Saneamento Financeiro estava referido que teria havido seis pedidos de propostas mas, no entanto, os deputados só tiveram acesso a uma proposta. Pediu que lhes fosse indicado se realmente foram feitos seis pedidos, quantas respostas houve efectivamente e qual a razão por que não tiveram acesso a elas. Outra questão colocada relaciona-se com o facto de o documento não estar assinado pelo que a Deputada solicitou esclarecimentos sobre qual a entidade responsável pela elaboração do estudo. Finalmente, chamou a atenção para o facto de o documento ter sido fornecido a preto e branco, sendo que a leitura e a compreensão dos gráficos não era clara. ----------

O Deputado João Alarcão Carvalho Branco iniciou a sua intervenção no sentido de referir que um documento com esta complexidade obriga a que se procure obter todos os esclarecimentos necessários pelo que apelou ao Executivo no sentido de que todos os membros da Assembleia e do Executivo Camarário devem ter mais tempo para se pronunciar sobre um assunto tão importante quanto este. Referiu também que algumas informações não foram facultadas e que são exigíveis para uma boa análise e resolução, nomeadamente relativamente às entidades financeiras que foram

consultadas e quais as respostas obtidas. Referiu que relativamente às dívidas existentes, toda e qualquer decisão tomada iria inevitavelmente assentar no respeito pelos fornecedores. A página 18 do presente estudo refere que existem quase quinze milhões de euros de passivo a curto prazo e já na página 20 refere a dívida dos dezanove milhões de euros como sendo o montante global, sendo que na página 22 a solução para as dívidas a terceiros resolve-se imediatamente após a aprovação do Tribunal de Contas. O Deputado explicou que a sua dúvida se prendia com a explicação do anexo I em que há uma listagem de fornecedores e outra de outros credores, sendo que o montante global destas duas rubricas apontam para que sejam ultrapassados os quinze milhões de Euros, pelo que questionou sobre qual seria o critério selectivo em relação aos fornecedores uma vez que o crédito é de Treze milhões e meio de Euros e a dívida é de quase dezasseis milhões de Euros. Referiu também que a sua maior preocupação estava relacionada com as conclusões finais pois parece-lhe haver uma reserva que não é muito clara. Finalmente, solicitou uma explicação relativamente à análise financeira que suportou o orçamento apresentado em Fevereiro de 2010 em que a situação apontada relativamente à dívida a credores e fornecedores era de quase Treze milhões de Euros: perguntou se este agravamento se devia a verbas e dívidas que não estavam cabimentadas. ----------

De seguida o Deputado Jorge Rabiço da Costa fez uma pequena intervenção para congratular o Senhor Presidente da Câmara por ter tido a coragem de fazer este Plano de Saneamento Financeiro, congratulou o Executivo por tentar assumir a Câmara Municipal como uma entidade cumpridora dos seus compromissos e por ter já assumido o corte nas despesas com funcionários, antes de o Plano ser submetido à Assembleia Municipal. Afirmou que não seria por causa dele, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, que os credores não teriam as suas dívidas regularizadas nem os

munícipes seriam prejudicados pela não concretização das obras abrangidas pelo QREN. ----------

O Deputado Fernando Gomes manifestou o seu desacordo com os critérios adoptados para o corte de despesas com o futebol por achar que é uma entidade produtiva. Acrescentou que, se a preocupação com os encargos e os custos com o pessoal é tão grande, qual a razão de ter avançado com o concurso de Chefe de Divisão, podendo este ter sido suspenso até existir uma melhoria das finanças da Autarquia. Questionou o Senhor Presidente relativamente ao número de assessores do novo Executivo, questão que lhe é muitas vezes colocada lá fora e para a qual gostaria de poder responder. Dirigiu a sua última pergunta ao Doutor Martins da Cunha relembrando que o Partido Socialista, nos últimos oito anos, apelou sempre à má gestão do anterior Executivo Camarário pelo que, segundo ele, o relatório deveria ter analisado a possibilidade de ter havido erros graves para essa má gestão pois numa acta de reunião de 1986 o Presidente da Câmara já afirmava que a autarquia estava em dificuldades financeiras relativamente à construção do Hotel das Rãs. O Deputado acha que se deve saber se houve má gestão ao longo dos últimos 27 anos pois de 1986 até agora não se conseguiu controlar as dívidas. ----------

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado Bruno de Moura Ferreira que começou por fazer alguns reparos a este Plano. Segundo ele, os membros da Assembleia Municipal têm que aprovar um plano, mas não tem que ser este. Enquanto órgão autónomo os membros devem participar de uma forma activa e tomar decisões tendo como base todo o processo. Para ele, este plano é um documento orientador mas existem questões práticas e objectivas que devem ser colocadas. No que respeita às receitas, o Deputado Bruno Ferreira referiu que o documento na sua página 44 indica que a venda de património não é exequível, mas no orçamento para 2010 estava referido

um montante para a venda de património e que, no anterior mandato, o Partido Socialista, enquanto oposição, evidenciava sempre a venda de património como solução para obter receita. Acrescentou que o Executivo terá que ter em conta a contenção de despesa corrente para levar a cabo este Plano de Saneamento Financeiro. Referiu que aquando da visualização da tabela de aquisição de bens e serviços, em 31 rubricas 28 demonstram aumento de despesa e somente 2 a reduzem pelo que também aqui é necessário ter alguma contenção e ter a noção de responsabilidade. Relativamente aos Recursos Humanos, o documento refere a regra utilizada pelo Governo (saem dois funcionários entra um) mas não existe qualquer tipo de indicador para os próximos anos, acaba por ser um indicador vazio porque não há perspectiva de quantas pessoas poderão chegar à idade da reforma. Quanto ao período de carência, na sua opinião é elevado que se poderia passar pelo menos para dois anos. Segundo ele, dá a ideia que o Executivo tem a noção do trabalho desenvolvido e que coloca um prazo para o desenvolvimento deste mandato mas é preciso ter em conta que a seguir a este mandato virão pessoas que terão a responsabilidade de levar a cabo a execução deste plano. Relativamente ao associativismo, o deputado defende que quanto à produtividade ela é relativa e que o investimento no associativismo deve merecer a continuidade do apoio do Município pois não é uma questão de produtividade mas sim uma questão social. ----------

O Deputado Luis Sabino de Moura teceu algumas considerações gerais ao estudo começando por se interrogar como se pode chegar a um montante de dívida aos credores tão elevado como este, sendo certo que, segundo ele, neste últimos anos não houve transparência. É sua opinião que seria de alguma relevância integrar e amortizar os dois ou três empréstimos que estão quase em fim de vida porque aumentando o valor neste empréstimo e amortizando esses a Câmara Municipal ganhava naturalmente alguma

facilidade para fazer face às despesas financeiras. Quanto à taxa de 1,5 de juro, o Deputado afirmou que estamos num momento muito difícil pelo que prever a evolução é mais complicado, as taxas estão extremamente baixas mas é inevitável que elas subam a curto prazo, pelo que tomar como referencia 1,5 de Euribor poderá pôr este estudo em causa daqui a um ano. De seguida questionou o Senhor Presidente sobre o valor exacto e objectivo da dívida efectivamente aprovada e cabimentada. Finalmente, considera que a Câmara tem, pela via do aumento das taxas, poder para aumentar as receitas, mas parece-lhe muito mais ponderado fazer as alterações na receita e fazer a sua previsão com base na receita já objectivada. Concluiu dizendo que o documento peca por falta de informação e colocou como exemplo a questão da água: qual o prejuízo da água no fim do mês visto que as taxas aplicadas são muito baixas. Na sua opinião, a água poderia ser aumentada três a quatro vezes o seu valor e aí o prejuízo seria menor. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para prestar alguns esclarecimentos relativamente às questões colocadas pelos Senhores Deputados. ----------

O Senhor Presidente começou por dizer que algumas das questões técnicas colocadas pelos Senhores Deputados seriam esclarecidas pelo Doutor Martins da Cunha. De seguida referiu que havia alguma demagogia claramente exagerada nas afirmações feitas por alguns deputados. A afirmação de que os Vereadores não participaram neste documento é falsa uma vez que o documento está assinado e rubricado pelos Vereadores. É ao Executivo que compete apresentar propostas, que são colocadas à discussão da Câmara. Relativamente à questão da existência de uma equipa de acompanhamento do Plano, referiu que o Executivo é obrigado a apresentar de seis em seis meses um relatório ao Tribunal de Contas pelo que não é necessária essa equipa de acompanhamento. Quanto à falta de medidas concretas de redução

orçamental, referiu que o facto de por cada dois funcionários que se reformem só se poder contratar um é já uma medida muito concreta. Chamou a atenção a alguns deputados pelo facto de terem duvidado da idoneidade da empresa responsável pela auditoria, salientando que o Doutor Martins da Cunha tinha tido o cuidado, no inicio da sua intervenção, de se apresentar. Relativamente ao aumento das transferências, salientou que isto implicava o aumento de competências (ex: centros escolares) e que no estudo, uma vez que o orçamento de Estado ainda não foi publicado, estava previsto um aumento normal de 2% definido pela União Europeia. Para responder à questão colocada pelo Deputado Fernando Gomes, o Senhor Presidente esclareceu que no Executivo anterior 8 pessoas estavam com cargos políticos e que no actual estão 6 pessoas pelo que há menos duas pessoas do que no executivo anterior. Afirmou que era verdade que o Partido Socialista estava no Executivo há seis meses mas que era preciso não esquecer que as situações que estavam a ser corrigidas eram da responsabilidade do anterior Executivo – PSD – que governou até Outubro de 2009, pelo que seria bom que houvesse alguma contenção nas críticas. Relativamente à venda de património, não é verdade que o Partido Socialista tenha dito que a solução seria a venda de património mas é verdade que nos orçamentos havia sempre um empolamento porque havia sempre uma verba destinada a essa venda. Quanto à questão dos funcionários, reafirmou não estar em condições de prever quantos funcionários se irão reformar ou sair nos próximos anos mas o Executivo assumiu o compromisso de que por cada dois funcionários que saiam apenas entrará um. ----------

O Doutor Martins da Cunha pediu a palavra para responder a algumas questões técnicas levantadas por alguns Deputados. Relativamente à questão do autor e ao tipo da auditoria, começou por referir que a empresa responsável pela auditoria é empresa de auditoria de contas especializada na

implementação de saneamentos financeiros e de reequilíbrios financeiros. Acrescentou que, em termos legais, os órgãos executivos são obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro e a enviá-lo à Assembleia Municipal para a sua aprovação e posteriormente para o Ministério das Finanças e para o Ministério que tutela as autarquias locais. Relativamente à auditoria, esclareceu que ela foi essencialmente financeira e que se debruçou fundamentalmente sobre a tentativa de encontrar se existiam diferenças entre os montantes relevados nas contas e nos montantes indicados pelos fornecedores, chegando-se à conclusão que não havia discrepâncias. Chamou a atenção para o facto de a Câmara Municipal ter sofrido uma auditoria do Tribunal de Contas relativamente ao ano de 2007, auditoria que se debruçou sobre procedimentos e não sobre a realidade financeira, tendo apontado algumas situações das quais a mais relevante foi a dívida não cabimentada, problema que não é um problema de 2007 mas que já vem desde a implementação do POCAL. Outra questão abordada pelo Doutor Martins da Cunha diz respeito à dívida do Município que não é uma situação estática. Com a celebração do empréstimo de saneamento financeiro existe uma metodologia para efectuar os pagamentos: a dívida será paga por ordem cronológica (da mais antiga para a mais recente). Deverá ser elaborado um dossier que será vistoriado pelo Tribunal de Contas. Referiu que existe sempre a ordem imperativa de pagamento da mais antiga para a mais moderna e se tal não for cumprido haverá uma contravenção. O empréstimo de saneamento financeiro é um empréstimo consignado e a não aplicação de um empréstimo consignado para o fim a que se destina tem contravenções não só financeiras como penais. Relativamente ao montante, esclareceu que foi utilizada a regra de pedir um empréstimo ligeiramente superior ao montante relevado do apuramento das contas. Quanto à questão da taxa de juro, indicou que foi efectuada uma taxa de referência de 1,5 a que acresceu um spread de 1,2. Nos

termos da taxa da União Europeia existe uma taxa referencial de inflação que é de 2%. Face à actual conjuntura esclareceu que foi estimado que esta taxa de juro não era nem excessivamente optimista, nem excessivamente prudente, pelo que o estudo foi extremamente prudente no montante considerado como receitas. O ano de referência foi o de 2009 que foi muito mau em termos de receitas. Não pode existir mais despesa corrente do que receita corrente. Relativamente ao facto de o estudo não mencionar nenhuma venda do imobilizado do património do Município, esclareceu que, na medida em que a venda de um bem do Município é uma receita de capital, esta só pode ser aplicada numa despesa de capital. Se existir eventualmente uma venda de um bem, ele só poderá ser feito num investimento do mesmo produto. Quanto ao facto do Estudo do Plano de Saneamento Financeiro não conter assinatura da empresa responsável pela auditoria, o Doutor Martins da Cunha citou o artigo 41º, nº3 da Lei das Finanças Locais e esclareceu que o plano foi assinado pelo Executivo, numa reunião em que esteve presente para esclarecer as dúvidas que foram colocadas pelos Senhores Vereadores. Referiu que no empréstimo de saneamento financeiro não se consideraram o pagamento de dois empréstimos existentes por considerar que estes tinham spreads inferiores. ----

O Deputado Fernando Gomes fez a sua intervenção no sentido de reconhecer que de facto o documento não foi assinado pelos responsáveis pela Auditoria mas que não era pelo facto de os vereadores terem assinado que ele tinha validade. É dever da Assembleia Municipal fiscalizar a actividade do Executivo e de corrigir os seus erros. Acrescentou que ninguém tinha posto em causa a legalidade da empresa. Relativamente à explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara, referiu que não tinha ficado esclarecido sobre a questão de no anterior Executivo estarem 8 funcionários políticos e agora estarem 6, pelo que afirmou que gostaria de ter uma explicação por escrito. ---

Após o Senhor Deputado Fernando Gomes se ter excedido nas palavras

dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Presidente da Assembleia retirou-lhe a palavra, decisão que o Deputado não acatou tendo-se insurgido contra ela em tom de voz elevado e impróprio para discussão neste órgão, o que levou a que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal ameaçasse a suspensão da sessão, o que não veio a suceder porque entretanto o Senhor Deputado regressou ao seu lugar e silenciou-se. ----------

A Deputada Maria Manuel Ferreira Martins fez uma intervenção no sentido de manifestar que de facto o documento não era de fácil leitura nem de fácil compreensão, lamentando que a presente sessão não tenha começado pela intervenção do Doutor Martins da Cunha cujas explicações teriam evitado muitas das dúvidas colocadas. ----------

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira interveio no sentido de reafirmar que o documento poderia conter os nomes por extenso e as respectivas assinaturas no final do documento. Quanto à questão dos recursos humanos, afirmou que o Senhor Presidente não tinha explicado relativamente aos assessores pois parece-lhe que entraram mais assessores no actual Executivo do que os que estavam no Executivo anterior, admitindo poder estar enganada e pedindo por isso ao Senhor Presidente para a esclarecer. Relativamente às entidade bancárias, comunicou que gostaria de saber quais as 6 entidades convidadas a apresentar propostas e quais as entidades que responderam. ----------

O Deputado João Alarcão Carvalho Branco fez a sua intervenção no sentido de explicar que os representantes da Assembleia não se podem limitar a aprovar um documento, não pode ser só votado, deveria haver uma participação na elaboração. Quanto à empresa que efectuou a auditoria, afirmou que não suspeitavam da sua idoneidade mas que era normal que quisessem saber quem elaborou o documento e quem o assinou. Por fim,

colocou novamente a questão formulada anteriormente que consistia em saber quais as 6 instituições financeiras consultadas. ----------

De seguida o Deputado Fernando Avelino Silva fez a sua intervenção no sentido de deixar claro que os deputados desejavam que este Plano de Saneamento Financeiro tivesse sucesso e que o Executivo não podia olhar para a oposição como se houvesse sempre a ideia de minar o seu trabalho. Salientou que, na sua opinião, o papel dos Vereadores deveria ser mais activo, não bastando receber o documento dois dias antes da sua aprovação. Relativamente à questão de se fazer alusão aos quadros da Autarquia, referiu que pelo conhecimento das informações de assembleias passadas sabe que em relação a alguns serviços a autarquia tem excedentes, relativamente a outros serviços provavelmente terá défice, pelo que considera que a questão da proporcionalidade de 2/1 não é muito importante. Questionou sobre a possibilidade do relatório semestral das medidas ser presente à Assembleia Municipal ou se a Autarquia estabeleceu um plano de acção e esse poderá ser monitorizado no sentido de se atingir um conjunto de metas que não estão estabelecidas no presente Plano. ----------

O Deputado João Armando Pereira de Almeida fez a sua intervenção no sentido de elogiar o Executivo pela coragem em avançar com a auditoria aos serviços da Câmara. ----------

O Senhor Presidente da Câmara fez a sua intervenção no sentido de esclarecer uma dúvida levantada por alguns Deputados e explicou que no Executivo anterior havia 5 colaboradores e 3 executivos (Presidente + 2 Vereadores) o que dava um total de 8 lugares políticos, sendo que agora há 2 executivos (Presidente + Vereadora) e 4 colaboradores o que totaliza 6 lugares políticos. ----------

O Doutor Martins da Cunha pediu a palavra à Senhora Presidente da Assembleia de modo a esclarecer alguns pontos suscitados pelos Deputados.

Relativamente ao número de propostas, o procedimento habitual definido por lei na contratação de um empréstimo no Município é que é obrigatório o contacto a pelo menos três instituições bancárias, devendo a proposta definir quais os seus critérios, sendo dado um prazo para apresentar resposta, existindo uma comissão que se pronuncia sobre qual o empréstimo mais favorável. Esclareceu que na presente situação foram solicitadas a apresentar propostas as entidades financeiras da sede do concelho, tendo-se efectivamente recebido resposta de três instituições (BCP, BPI e Caixa Geral de Depósitos), sendo que a do BPI agradecia o convite mas não estava interessada. Com base no relatório da Comissão que procedeu à análise das propostas foi considerado o BCP como a proposta mais barata. Referiu que este procedimento é obrigatório pelo próprio Tribunal de Contas. Relativamente ao facto do Estudo não estar assinado pela empresa responsável pela auditoria, justificou que tal era uma imposição da Lei das Finanças Locais. ----------

O Deputado Fernando Gomes aproveitou para elogiar o antigo Executivo pelo facto de, na sua opinião, apresentar propostas mais detalhadas, melhor elaboradas, com estudos comparativos, com encargos anuais e encargos futuros. ----------

Tendo terminado as intervenções, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Estudo e Plano Para o Saneamento Financeiro do Município, tendo sido aprovado com vinte votos a favor e três abstenções. ----------

De seguida colocou à votação autorização para a contracção de empréstimo bancário, de médio e longo prazo, com vista à consolidação dos passivos financeiros e à reprogramação da dívida do Município de Mondim de Basto. Este ponto foi aprovado por vinte e dois votos a favor e uma abstenção. ------

O Deputado Bruno de Moura Ferreira fez uma declaração de voto explicando que se absteve na primeira votação por entender que há dados que

não são facultados no Plano e outros que deveriam ter tido outra abordagem. No entanto e atendendo à responsabilidade dos anos do Executivo PSD nos anos anteriores tem a noção exacta de que este empréstimo é fulcral não só para o comércio local mas também para não condicionar a forma e o exercício do Executivo. No entanto, alertou que a partir deste momento não haveria lugar para desculpas de que apareceram despesas com as quais não estavam a contar ou facturas que afinal estavam empolgadas porque a responsabilidade também é do actual Executivo e que, a partir deste momento, essa responsabilidade lhe estava a ser entregue. ----------

O Deputado João Alarcão Carvalho Branco fez uma declaração de voto para frisar que a preocupação do grupo parlamentar CDS/PP estava em salvaguardar os interesses daqueles que nada e nenhuma culpa têm da situação com que nos deparamos e que merecem todo o respeito. Salientou que foi pensado neles que o grupo parlamentar votou a favor, entendendo estar desta forma a contribuir para a resolução de um problema que é de todos e cuja obrigação primeira é dos órgãos que representam a Autarquia e o Município. Manifestou que a intenção do Grupo Parlamentar era honesta e que esperava que da parte do Executivo lhes fossem sempre dadas as informações legitimamente solicitadas para descanso daqueles que representam, e que ao abrigo do artigo 40º da Lai das Finanças Locais fosse enviado aos membros anualmente a documentação de modo a poderem cumprir a sua obrigação perante os munícipes. ----------

Antes de encerrar a reunião a Senhora Presidente da Assembleia apresentou um documento aos Senhores Deputados que serviria de minuta referente às deliberações tomadas para agilizar a actuação do Executivo, não necessitando de esperar pela acta da reunião. Por consenso foi acordado que de ora em diante este documento seria usado para todas as deliberações. ----------

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia, no seguimento de uma proposta sugerida pelo Grupo Parlamentar PSD relativamente à realização da reunião do dia 25 de Abril no exterior, colocou à apreciação dos membros a possibilidade de, uma vez que se comemorava o 25 de Abril e que havia também a atribuição do nome a uma rua, que esta se realizasse no Auditório da Zona Verde. Esta proposta foi aceite por consenso. Ainda relativamente a esta reunião, e visto que a próxima reunião ordinária estava agendada para o dia 29 de Abril, a Senhora Presidente propôs que a documentação fosse entregue em mão no dia 25 de Abril, sendo que as convocatórias seguiriam pelo correio, pedido com o qual todos concordaram. ----------

**Encerramento da Reunião ----------**

Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 29 de Abril de 2010 por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia e Primeiro Secretário que a redigiu. ----------